DocuSign Envelope ID: D7D7D6FA-823E-4096-9D5B-B70EF33A3174

CENTRAL EÓLICA CATANDUBA II S.A.

CNPJ nº 33.343.327/0001-15

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	447	1
Adiantamento a fornecedores	9	282	-
		728	1
Não circulante			
Imobilizado em andamento	10	25.881	-
		25.881	-
Total do ativo		26.609	1

Passivo E Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	905	34
Outras contas a pagar	12	74	-
		978	34
Não circulante			
Partes relacionadas	8	25.066	-
Outras contas a pagar	12	636	-
		25.702	
Total do passivo		26.680	34
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	1	1
Prejuízos acumulados		(72)	(34)
Total do patrimônio líquido		(71)	(33)
Total do passivo e patrimônio líquido		26.609	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida		-	-
Custo do serviço de energia elétrica		-	-
Lucro bruto		-	-
Despesas e Receitas	14		
Despesas gerais e administrativas		(38)	(34)
		(38)	(34)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(38)	(34)
Resultado financeiro		-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(38)	(34)
Tributos sobre o lucro		-	-
Resultado líquido do exercício		(38)	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Em milhares de reais	2021	2020
Resultado líquido do exercício	(38)	(34)
Resultado abrangente do exercício	(38)	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1	-	1
Resultado do exercício	-	(34)	(34)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1	(34)	(33)
Resultado do exercício	-	(38)	(38)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1	(72)	(71)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(38)	(34)
	(38)	(34)
Variações em:		
Impostos a compensar		-
Adiantamento a fornecedores	(282)	
Fornecedores	872	34
Outras contas a pagar	710	-
Partes relacionadas	25.066	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	26.326	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	26.326	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(25.881)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(25.881)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	1
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	446	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	447	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
	446	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Catanduba II S.A. ("Companhia" ou "Catanduba II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Catanduba II, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividade. A Companhia tem sede e foro na Avenida Faria Lima, nº 3729, 9° andar, sala 28, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **1.1. Autorização do Parque Eólico Catanduba II**: Em 16 de abril de 2020 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 15 de abril de 2055. A Companhia em novembro de 2019 vendeu 21,5 MW médio de energia no período de 16 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração eólica Catanduba II, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O Parque eólico encontra-se em construção com data prevista para entrada em operação no 1º semestre de 2024.

Usinas Eólicas		**EOL Catanduba II S. A**
Modalidade		Produtor Independente
Outorga		Autorização
Estado		RN
Capacidade instalada (MW)		49,60
Energia assegurada (mm)		25,90
Ano do início da operação		2024
Autorização / Registro	Início	16/04/2020
	Término	15/04/2055

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido ao fato de o parque eólico estar em fase de construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2022 será alcançado da seguinte forma (i) aporte de capital da sua controladora, (ii) em 16 de dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato de financiamento junto a SUDENE (FDNE) no montante de R$113.681, a ser liberado durante o período de construção, (iii) a Companhia assinou contrato de venda de energia em junho de 2019 por 20 anos de fornecimento, garantindo assim a geração de caixa quando da entrada em operação da empresa, que tem como expectativa o 1º semestre de 2024. **1.2. COVID - 19 - Coronavírus - Impactos para a Companhia:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou afirmando que a (COVID-19) é uma pandemia. Devido à situação, os governos e o setor privado tomaram decisões significativas que, somadas ao impacto da pandemia, geraram incertezas para os agentes econômicos e podem gerar impacto nas demonstrações financeiras. No Brasil, os governos federal, estadual e municipal publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, como a instauração do estado de calamidade, restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se exponham a situações de risco, tais como: instalação de comitê executivo específico para acompanhar as questões relativas ao COVID-19, restrição de viagem nacionais e internacionais e suspensão de visitas técnicas, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, intensificou a higienização das áreas comuns do escritório, etc. A Companhia adotou medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade**.** A Companhia não sofreu impacto significativo financeiro e econômico ao longo do exercício de 2021. Para 2022 o efeito financeiro e econômico dependerá do desfecho da crise e de seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A EDP Renováveis S.A, sendo o principal acionista da Companhia, tem vindo a reforçar a sua posição financeira, com aporte de capital, tornando-a mais bem preparada para absorver os potenciais impactos que possam advir desta pandemia. A Companhia, como parte integrante das comunidades locais, está empenhada em apoiar a sua recuperação e desenvolvimento, e tem desenvolvido iniciativas em todas as localidades onde está presente para ajudar as comunidades locais no combate à pandemia, em coordenação com o Grupo EDP. A Companhia fez doações para bancos de alimentos, equipamentos médicos e kits de teste rápido. A sua resposta à crise global está alinhada com o seu compromisso de manter uma relação de proximidade com as comunidades locais, buscando conhecer, respeitar e atender às suas necessidades, buscando contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade. A Companhia não teve gastos significativos em circunstâncias da pandemia para a construção do parque eólico. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de agosto de 2022. **2.2. Base de mensuração*:*** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas na seguinte nota explicativa: • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº 10); • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº18).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **c) Redução ao valor recuperável** - ***Ativos financeiros:*** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. ***Ativo não financeiro:*** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UCG. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d) Demais ativos circulantes e não circulantes**: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **f) Provisões:** Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. **g) Contingências**: São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. **h) Demais passivos circulantes e não circulantes**: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **i) Operações de arrendamento - CPC 06 (R2)**: Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do parque eólico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Para esses contratos em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa a Companhia não realizou o registro do montante no período classificado como pré-operacional. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado são calculadas conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$60 trimestrais e para a contribuição social corrente, calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e à contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23. **k) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. ***Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):*** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. **l) Apuração do resultado**: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **m) Receitas e despesas financeiras**: As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **n) Ativos e passivos financeiros:** ***Classificação, reconhecimento e mensuração:*** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual, e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa nº 16.1. ***Compensação de instrumentos financeiros.:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **o) Impairment**: Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro e IFRS 16 "Arrendamentos":** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021. Os contratos da Companhia vinculados a EURIBOR e LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição. **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022. **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022. **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022. **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022: **IFRS 9** - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. **IFRS 16** - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. **IFRS 1** "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. **IAS 41** - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	447	1
Total	447	1

8. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas de acordo com os valores de mercado, como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura	EDP Renováveis Brasil S.A	905	30
Adiantamento para futuro aumento de capital			
Adiantamento para futuro aumento de capital	EDP Renováveis Brasil S.A	25.066	-
Total Passivo		25.971	30

8.1. Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil S.A, controladora da Companhia, é responsável pelos contratos de compartilhamento de atividades e alocação de gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não há incidência de juros remuneratórios. **8.2. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)**: A Companhia recebe da sua controlada direta montante a título de adiantamento para futuro aumento de capital, para suprir necessidade de caixa na evolução da construção do parque eólico até a liberação de empréstimo com o banco. **8.3. Relacionamento da Companhia com cada contraparte**: A controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **8.4. Remuneração dos administradores**: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Catanduba II S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. . A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	282	-
Total	282	-

10. IMOBILIZADO

	31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso			
Direito de uso arrendamentos	710	-	710
Imobilizado em curso	25.171	-	25.171
Total	25.881	-	25.881

O saldo do imobilizado em curso refere-se principalmente a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do Parque eólico.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2021	
	Valor líquido	Ingressos	Valor líquido
Imobilizado em curso	-	25.881	25.881
Total	-	25.881	25.881

A Companhia realiza, por política do Grupo EDP - Energias de Portugal, para todos os períodos apresentados, o teste de valor recuperável dos seus ativos e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável dos seus ativos.

11. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Partes relacionadas	905	30
Materiais e serviços	-	4
Total	905	34

O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente à aquisição de materiais, máquinas e equipamentos para construção do parque eólico.

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Outras contas a pagar						
Provisão para arrendamentos	74	636	710	-	-	-
Total	74	636	710	-	-	-

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrados abaixo:

	Terrenos	Total
Saldo em 31/12/2020	-	-
Adições	710	710
Saldo em 31/12/2021	710	710

A Companhia obteve suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 12,45% a.a. para terrenos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2021 totalmente integralizado é de R$1 (2020 R$1). O capital social é composto de 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas				
EDP Renováveis Brasil S.A.	500	100%	500	100%
Total	500	100%	500	100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **13.2. Destinação do lucro**: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Entretanto, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R$72.

14. DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Custo do serviço		
Não gerenciáveis	-	-
Gerenciáveis		
Gerais e administrativos		
Serviços de terceiros e materiais	38	34
	38	34
Total	38	34

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 2	447	1
Adiantamento a fornecedores	9	Custo amortizado	Nível 1	282	-
Total				729	1
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	11	Custo amortizado	Nível 1	905	34
Outras contas a pagar	12	Custo amortizado	Nível 2	74	-
Não circulante					
Partes relacionadas	8	Custo amortizado	Nível 2	25.066	-
Outras contas a pagar	12	Custo amortizado	Nível 2	636	-
Total				26.681	34

15.1. Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, incluídos na seguinte nota explicativa; **15.2. Risco de juros**: O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **15.3. Risco de liquidez**: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7). A Companhia em 31 de dezembro de 2021 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	905	905	905	-	-	-
Outras contas a pagar	710